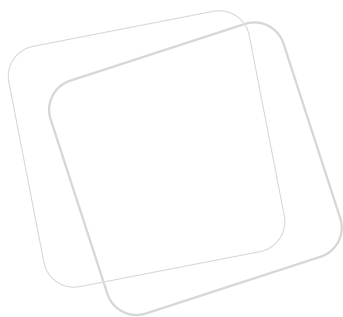




SUMÁRIO

1. NOÇÕES PRELIMINARES	25
1. Direito.....	25
2. Direito administrativo.....	26
2.1. Conceito.....	26
2.2. Relação com outros ramos do Direito	30
2.3. Fontes do Direito Administrativo.....	32
2.4. Codificação do Direito Administrativo	38
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo.....	38
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo.....	39
2.7. Sistemas administrativos.....	40
3. Estado, governo e administração pública.....	40
3.1. Estado	41
3.1.1. Poderes e funções do Estado	41
3.1.2. Organização do Estado.....	43
3.2. Governo	44
3.3. Administração Pública	44
4. Atividade administrativa.....	45
5. Quadro sinóptico.....	46
 2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	 49
1. Conceito de regime jurídico administrativo	49
2. Distinção entre princípios e regras.....	50
3. Princípios do direito administrativo	52
3.1. Princípio da supremacia do interesse público	53
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	54
3.2.1. Conceito de interesse público.....	55
3.3. Princípio da legalidade.....	56
3.3.1. Princípio da juridicidade.....	60
3.4. Princípio da impessoalidade.....	61
3.5. Princípio da finalidade.....	66
3.6. Princípio da moralidade.....	68
3.7. Princípio da publicidade.....	69

3.8. Princípio da eficiência.....	74
3.9. Princípio da isonomia.....	77
3.10. Princípio do contraditório.....	80
3.11. Princípio da ampla defesa.....	81
3.12. Princípio da razoabilidade.....	84
3.13. Princípio da proporcionalidade.....	86
3.14. Princípio da continuidade.....	87
3.15. Princípio da autotutela.....	97
3.16. Princípio da especialidade.....	99
3.17. Princípio da presunção de legitimidade.....	100
3.18. Princípio da motivação.....	101
3.19. Princípio da segurança jurídica.....	103
4. A inobservância de um princípio.....	104
5. Quadro sinóptico.....	105
6. Súmulas correlatas.....	107
6.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	107
6.2. Súmulas do STF.....	108
6.3. Súmulas do STJ.....	109
3. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	111
1. Administração pública – organização administrativa.....	111
1.1. Princípios fundamentais da Administração Pública Federal.....	112
1.2. A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes.....	113
2. Formas de prestação da atividade administrativa.....	115
2.1. Formas de descentralização.....	116
3. Órgãos públicos.....	118
3.1. Principais características.....	119
3.2. Classificação.....	122
4. Administração direta.....	124
5. Administração indireta.....	125
5.1. Características gerais.....	127
5.2. Autarquias.....	131
5.2.1. Conceito e outras considerações.....	131
5.2.2. Regime jurídico.....	132
5.2.3. Autarquias profissionais.....	149
5.2.4. Autarquias territoriais.....	160
5.2.5. Autarquias de regime especial.....	160
5.3. Agências reguladoras.....	160
5.3.1. Conceito e função.....	160
5.3.2. Espécies de agências.....	162
5.3.3. Regime especial.....	163
5.3.4. Regras gerais.....	165

5.3.4.1.	<i>Estrutura organizacional</i>	165
5.3.4.2.	Dirigentes das Agências Reguladoras	166
5.3.4.3.	Regime de pessoal	169
5.3.4.4.	Licitação	171
5.3.4.5.	Processo decisório das agências reguladoras	173
5.3.4.6.	Prestação de contas e controle social	175
5.3.4.7.	Instrumentos de interação e articulação das agências reguladoras	176
5.4.	Fundação pública.....	179
5.4.1.	Conceito	179
5.4.2.	Natureza jurídica	180
5.4.3.	Fundação pública de direito público.....	183
5.4.4.	Fundação pública de direito privado	184
5.5.	Agências executivas.....	187
5.6.	Empresas estatais.....	188
5.6.1.	Conceitos.....	189
5.6.2.	Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.....	190
5.6.3.	Finalidades	191
5.6.4.	Regime jurídico.....	192
6.	Quadro sinóptico.....	219
7.	Súmulas correlatas.....	222
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes	222
7.2.	Súmulas do STF	223
7.3.	Súmulas do STJ.....	224
4.	TERCEIRO SETOR.....	227
1.	Setores da economia nacional.....	227
2.	Entes de cooperação	229
2.1.	Serviços sociais autônomos.....	229
2.2.	Entidades de apoio	234
2.3.	Organizações sociais.....	235
2.4.	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	240
2.4.1.	Semelhanças e distinções entre OS e Oscip	242
2.5.	Organização da sociedade civil	243
3.	Parcerias com poder público.....	244
3.1.	Parcerias com a Organização da Sociedade Civil – Lei n. 13.019/2014.....	246
3.1.1.	Organização da sociedade civil.....	249
3.1.2.	Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41)	250
3.1.3.	Formalização	251
3.1.3.1.	Seleção.....	251
3.1.3.1.1.	Procedimento de manifestação de interesse público	251

3.1.3.1.2. Chamamento público	252
3.1.3.2. Novos instrumentos – termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação.....	256
3.1.4. Medidas para execução e eficiência da parceria.....	259
3.1.4.1. Planejamento	259
3.1.4.2. Regras para execução.....	259
3.1.4.3. Monitoramento e avaliação	260
3.1.4.4. Prestação de contas.....	262
3.1.5. Responsabilidades e sanções.....	264
3.2. Parcerias com Fundos Patrimoniais – Lei n. 13.800/2019.....	264
4. Quadro sinóptico.....	269
5. Súmulas correlatas.....	274
5.1. Súmulas do STF.....	274
5.2. Súmulas do STJ.....	274
5. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO E DOS ADMINISTRADORES	275
1. Conceito	275
2. Características	276
3. Poder vinculado e poder discricionário.....	277
4. Poder regulamentar	278
4.1. Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos.....	278
4.2. Tipos de regulamento.....	279
4.3. Controle dos atos administrativos.....	283
5. Poder hierárquico.....	288
6. Poder disciplinar	289
7. Poder de polícia.....	293
7.1. Conceito.....	293
7.2. A expressão “poder de polícia”.....	295
7.3. Fundamento e essência do poder de polícia	296
7.4. Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia.....	298
7.5. Delegação dos atos de polícia	299
7.6. Atributos do poder de polícia.....	301
7.7. Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade	303
7.8. Controle dos atos de polícia.....	304
7.9. Setores da polícia administrativa.....	304
7.10. Polícia administrativa e polícia judiciária.....	305
8. Poderes e deveres do administrador público	306
8.1. Deveres do administrador.....	306
8.2. Uso e abuso de poder	306
8.3. Formas de abuso de poder	307
8.4. Abuso de poder e legalidade.....	308
9. Quadro sinóptico.....	309
10. Súmulas correlatas.....	311

10.1. STF – Súmulas Vinculantes	311
10.2. Súmulas do STF	311
10.3. Súmulas do STJ	312
6. ATO ADMINISTRATIVO	313
1. Introdução e conceito	313
1.1. Ato e fato jurídico	313
1.2. Ato da administração e ato administrativo	316
1.3. Conceito de ato administrativo	317
2. Vinculação e discricionariedade	319
3. Elementos do ato administrativo	322
3.1. Sujeito competente	323
3.1.1. Principais regras	324
3.2. Forma	327
3.2.1. Princípio da solenidade	327
3.2.2. Silêncio administrativo	328
3.2.3. Vício na forma	330
3.3. Motivo	331
3.3.1. Legalidade do motivo	331
3.3.2. Principais distinções	332
3.3.3. Teoria dos motivos determinantes	337
3.4. Objeto	339
3.4.1. Requisitos de validade	340
3.4.2. Discricionariedade e vinculação	340
3.5. Finalidade	340
3.5.1. Distinções: motivo, objeto e finalidade	342
3.6. Quadro comparativo	342
4. Mérito administrativo	343
4.1. Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário	345
5. Atributos do ato administrativo	348
5.1. Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade	348
5.2. Autoexecutoriedade	350
5.3. Imperatividade	350
5.4. Tipicidade	351
6. Classificação	351
6.1. Quanto aos destinatários	352
6.2. Quanto ao alcance	352
6.3. Quanto à manifestação de vontade	353
6.4. Quanto ao grau de liberdade	353
6.5. Quanto ao objeto	353
6.6. Quanto à formação	355
6.7. Quanto à estrutura do ato	356
6.8. Quanto aos efeitos	356

6.9. Quanto aos resultados na esfera jurídica	357
6.10. Quanto à situação jurídica que criam.....	357
7. Modalidades de atos administrativos.....	357
7.1. Atos normativos	357
7.2. Atos ordinatórios.....	359
7.3. Atos negociais.....	360
7.4. Atos enunciativos.....	364
7.5. Atos punitivos	365
8. Formação e efeitos	366
8.1. Perfeição	366
8.2. Validade	366
8.3. Eficácia.....	367
8.4. Possíveis combinações.....	368
9. Extinção do ato administrativo	369
9.1. Formas de extinção.....	370
9.2. Invalidação.....	371
9.2.1. Formas de invalidação	371
9.2.2. Anulação	374
9.2.3. Convalidação e sanatória.....	380
9.2.4. Estabilização de efeitos	381
9.2.5. Possíveis vícios do ato administrativo.....	387
9.3. Revogação.....	388
9.4. Coisa julgada administrativa	391
10. Quadro sinóptico.....	392
11. Súmulas correlatas.....	397
11.1. STF – Súmulas Vinculantes	397
11.2. Súmulas do STF.....	397
11.3. Súmulas do STJ.....	398
7. LICITAÇÃO	401
1. Conceito e legislação.....	401
1.1. Regime de transição.....	405
1.2. Critérios transnacionais	409
2. Finalidade	410
3. Competência para legislar.....	412
4. Sujeitos à licitação	415
5. incidência da lei.....	424
6. Princípios básicos	426
7. Os agentes públicos e as comissões de licitações	439
7.1. Das vedações dos agentes públicos	442
8. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.....	444
8.1. Inexigibilidade.....	446
8.1.1. Pressupostos para a realização da licitação.....	446

8.1.2.	Objeto licitável e a pluralidade.....	447
8.1.2.1.	Bem singular	448
8.1.2.2.	Serviços singulares	448
8.1.2.3.	Hipóteses legais de inexigibilidade	448
8.2.	Dispensa de licitação.....	454
8.2.1.	Licitação dispensada.....	454
8.2.2.	Licitação dispensável.....	456
8.2.2.1.	Quadro comparativo – dispensa de licitação.....	468
9.	Modalidades.....	476
9.1.	Concorrência.....	482
9.2.	Concurso.....	483
9.3.	Leilão.....	484
9.4.	Pregão.....	486
9.5.	Diálogos competitivos	489
9.6.	Outras modalidades.....	491
10.	Procedimento licitatório.....	492
10.1.	Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021	492
10.1.1.	Fase preparatória.....	492
10.1.2.	Fase de divulgação do edital de licitação.....	500
10.1.3.	Fase de apresentação de propostas e lances	502
10.1.4.	Fase de julgamento.....	504
10.1.5.	Fase de habilitação.....	510
10.1.6.	Fase recursal.....	514
10.1.7.	Fase de homologação	515
11.	Procedimentos auxiliares.....	516
11.1.	Credenciamento	516
11.2.	Procedimento de pré-qualificação.....	517
11.3.	Procedimento de manifestação de interesse	518
11.4.	Sistema de registros de preços.....	519
11.5.	Registro cadastral.....	523
12.	Algumas licitações	525
12.1.	Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica	525
12.2.	Licitações internas e internacionais	525
12.3.	Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte	526
12.4.	Licitação para contratação de serviço de publicidade	530
12.5.	Regime Diferenciado de Contratações (RDC)	532
12.6.	„Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016)	535
12.7.	Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento da pandemia de Covid-19.....	543
12.8.	Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i>	548
12.9.	Regime de aquisição no estado de calamidade pública	549
13.	Das irregularidades	551

13.1. Infrações e sanções administrativas.....	551
13.2. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos.....	551
13.3. Do controle das contratações.....	552
14. Quadro sinóptico.....	555
15. Súmulas correlatas.....	560
15.1. Súmulas do STF.....	560
15.2. Súmulas do STJ.....	560
8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	561
1. Conceito	561
2. Características	563
3. Formalismo.....	564
4. Cláusulas necessárias	570
5. Garantia	574
6. Duração do contrato.....	577
7. Pagamentos devidos ao contratado.....	582
8. Cláusulas exorbitantes.....	590
9. Alteração contratual.....	596
9.1. Alteração unilateral do contrato administrativo	597
9.2. Alteração bilateral do contrato	600
9.2.1. Teoria da imprevisão	602
9.3. Situações específicas para alguns contratos	604
9.4. Matriz de alocação de riscos.....	605
10. Da execução do contrato e suas responsabilidades	606
11. Regras para entrega do objeto do contrato	612
12. Extinção do contrato administrativo.....	613
12.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	613
12.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021	618
12.3. Das nulidades do contrato administrativo.....	621
12.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	622
13. Infrações e sanções administrativas.....	623
13.1. Sanções na Lei nº 8.666/93	623
13.2. Sanções na Lei nº 14.133/2021	625
13.3. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	626
13.4. Infrações na Lei nº 14.133/2021	627
14. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas...	628
15. Responsabilização criminal, civil e administrativa.....	631
16. Contratos em espécie.....	633
16.1. Contratos propriamente ditos	634
16.2. Contrato de concessão	636
16.3. Contrato de permissão de serviço público.....	637
16.4. Contrato de gestão	637

17. Convênios e consórcios	640
18. Consórcios públicos.....	642
19. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista	650
20. Contrato público de solução inovadora (cpsi).....	651
21. Quadro sinóptico.....	653
22. Súmulas correlatas.....	662
22.1. Súmulas do STF.....	662
22.2. Súmulas do STJ.....	663
9. SERVIÇOS PÚBLICOS	665
1. Conceito e elementos definidores.....	665
2. Princípios.....	667
2.1. Princípio da continuidade.....	669
2.1.1. Instrumentos para garantir a continuidade.....	669
2.1.2. Possibilidades de interrupção do serviço	677
3. Determinação constitucional.....	684
4. Classificação.....	685
5. Delegação do serviço público	690
5.1. Concessão comum de serviço público.....	690
5.1.1. Fundamento legal.....	690
5.1.2. Conceito.....	691
5.1.3. Poder concedente.....	692
5.1.3.1. Direitos e obrigações do poder concedente.....	693
5.1.4. O concessionário.....	695
5.1.4.1. Direitos e obrigações do concessionário	695
5.1.5. Direitos e obrigações do usuário	698
5.1.6. Natureza jurídica	700
5.1.7. Distinções.....	700
5.1.8. Formalidades da concessão.....	701
5.1.8.1. Procedimento licitatório	701
5.1.8.2. Contrato de concessão	704
5.1.8.3. Possibilidades de transferência	705
5.1.9. A remuneração e a política tarifária	707
5.1.10. Formas de extinção.....	710
5.2. Parcerias do Poder Público com os particulares	712
5.2.1. Conceito.....	712
5.2.2. Legislação.....	713
5.2.3. Objetivos.....	714
5.2.4. Modalidades.....	715
5.2.5. Características.....	716
5.2.6. Diretrizes.....	717
5.2.7. Formalização da concessão especial	718
5.2.7.1. Procedimento licitatório	719

5.2.7.2.	Contrato de concessão especial.....	721
5.2.7.3.	Sociedade de propósito específico.....	722
5.2.8.	Vedações.....	723
5.2.9.	Concessões especiais para o âmbito federal.....	724
5.3.	Permissão de serviço público.....	726
5.3.1.	Conceito e requisitos.....	726
5.3.2.	A precariedade e a formalização.....	726
5.3.3.	Principais diferenças	729
5.4.	Autorização de serviço público	730
6.	Quadro sinóptico.....	730
7.	Súmulas correlatas.....	734
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes	734
7.2.	Súmulas do STF.....	734
7.3.	Súmulas do STJ.....	735
10.	AGENTES PÚBLICOS	737
1.	Conceito	737
2.	Classificação.....	738
2.1.	Agentes políticos	739
2.2.	Servidores estatais.....	741
2.2.1.	Servidores públicos.....	742
2.2.1.1.	Regime jurídico dos servidores públicos	742
2.2.1.1.1.	Regime jurídico estatutário	746
2.2.1.1.2.	A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário.....	748
2.2.1.1.3.	Garantia de manutenção do regime jurídico	753
2.2.2.	Servidores de entes governamentais de direito privado.....	755
2.3.	Particulares em colaboração com a administração.....	758
3.	Organização funcional.....	761
3.1.	Conceitos.....	761
3.1.1.	Cargo público.....	761
3.1.2.	Função pública.....	763
3.1.2.1.	Cargo em comissão e função de confiança: distinção.....	764
3.1.3.	Emprego público.....	766
3.1.4.	Contrato temporário.....	767
3.2.	Cargo público – regras gerais	767
3.2.1.	Classificação	768
3.2.2.	Provimento	770
3.2.3.	Nomeação, posse e exercício.....	776
3.2.4.	Formas de deslocamento	778
3.2.5.	Vacância	780
3.2.6.	Desinvestidura – exoneração e demissão	781
4.	Regras constitucionais.....	784

4.1. Acessibilidade.....	784
4.2. Concurso público.....	786
4.2.1. Exceções ao concurso público	788
4.2.2. Requisitos para concurso.....	795
4.2.3. Publicidade	814
4.2.4. Mudança no edital de concurso.....	815
4.2.5. Prazo de validade	817
4.2.6. Direito à nomeação.....	817
4.2.7. Realização de novo concurso público.....	826
4.2.8. Concurso público e a possibilidade de controle.....	827
4.2.9. Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado	830
4.2.10. Contratação irregular – consequências	834
4.3. Competência para julgamento das ações	837
4.4. Contratação temporária	839
4.5. Estabilidade	847
4.5.1. Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade.....	847
4.5.2. Estabilidade e o texto constitucional.....	848
4.5.2.1. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público	852
4.5.2.2. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado....	854
4.5.2.3. Estabilidade em resumo.....	855
4.5.3. Estabilidade e dispensa.....	856
4.5.4. Estágio probatório	863
4.6. Direito de greve.....	868
4.7. Direito à sindicalização.....	873
4.8. Acumulação.....	873
4.9. Sistema remuneratório	881
4.9.1. Modalidades remuneratórias.....	881
4.9.2. Regras para fixação da remuneração	885
4.9.3. Revisão remuneratória	886
4.9.4. Teto remuneratório	889
4.9.5. Princípio da irredutibilidade.....	898
4.9.6. Princípio da isonomia	899
4.9.7. Proibição de vinculação e equiparação.....	900
4.9.8. Pagamentos em atraso.....	902
4.10. Direitos sociais	903
4.11. Limite de despesas com pessoal.....	906
4.12. Aposentadoria.....	908
4.12.1. Conceitos fundamentais – premissas	908
4.12.2. Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças.....	912
4.12.3. Modalidades.....	926
4.12.4. Princípio da integralidade	933

4.12.5. Princípio da paridade.....	934
4.12.6. Teto de proventos e regime complementar.....	935
4.12.7. Contribuição dos inativos e pensionistas.....	937
4.12.8. Cenário atual.....	941
5. Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	942
6. Deveres e responsabilidades dos servidores estatutários.....	950
7. Quadro sinóptico.....	952
8. Súmulas correlatas.....	958
8.1. Súmulas Vinculantes.....	958
8.2. Súmulas do STF.....	959
8.3. Súmulas do STJ.....	961
8.4. Súmulas do TST.....	962
11. BENS PÚBLICOS.....	965
1. Domínio Público.....	965
2. Conceito.....	966
3. Competência Legislativa.....	970
4. Classificação dos Bens Públicos.....	970
5. Afetação e Desafetação.....	975
6. Regime jurídico dos bens públicos.....	978
7. Aquisição de bens para o Patrimônio Público.....	982
8. Alienação de Bens Públicos.....	986
9. Gestão de Bens Públicos.....	989
9.1. Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	994
10. Bens Públicos em espécie.....	997
11. Quadro Sinóptico.....	1005
12. Súmulas Correlatas.....	1006
12.1. Súmulas do STF.....	1006
12.2. Súmula do STJ.....	1007
12. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE.....	1009
1. Direito de propriedade.....	1009
2. Intervenção na propriedade.....	1010
3. Fundamentos e regras constitucionais.....	1010
4. Modalidades de intervenção.....	1011
4.1. Limitação administrativa.....	1012
4.1.1. Indenização.....	1014
4.1.2. Controle.....	1020
4.2. Servidão administrativa.....	1020
4.2.1. Elementos definidores.....	1021
4.2.2. Formas de constituição.....	1022
4.2.3. Indenização.....	1023

4.2.4.	Distinções	1023
4.2.5.	Causas extintivas	1024
4.2.6.	Modalidades	1025
4.3.	Requisição	1026
4.4.	Ocupação temporária	1029
4.4.1.	Hipóteses de ocupação temporária	1030
4.4.2.	Distinções	1032
4.5.	Tombamento	1033
4.5.1.	Conceito e características	1033
4.5.2.	Natureza jurídica	1034
4.5.3.	Competência	1036
4.5.4.	Bens objeto de tombamento	1037
4.5.5.	Modalidades	1038
4.5.6.	Obrigações	1038
4.5.7.	Indenização	1041
4.5.8.	Procedimento	1041
4.5.9.	Extinção	1042
4.6.	Desapropriação	1043
4.6.1.	Objeto	1045
4.6.2.	Competência	1048
4.6.3.	Modalidades de desapropriação	1051
4.6.3.1.	Desapropriação comum	1052
4.6.3.2.	Desapropriação sancionatória	1055
4.6.3.3.	Desapropriação indireta	1061
4.6.3.4.	Desapropriação privada	1066
4.6.4.	Situações especiais – destinação dos bens desapropriados	1067
4.6.5.	Procedimento administrativo	1069
4.6.6.	Procedimento judicial – ação de desapropriação	1073
4.6.7.	Da indenização	1077
4.6.8.	Ação de desapropriação rural	1093
4.6.9.	Desapropriação de enfiteuse	1094
4.6.10.	Direito de extensão	1096
4.6.11.	Tredestinação	1096
4.6.12.	Retrocessão	1097
5.	Quadro sinóptico	1099
6.	Súmulas Correlatas	1103
6.1.	STF – Súmulas Vinculantes	1103
6.2.	Súmulas do STF	1103
6.3.	Súmulas do STJ	1104

13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 1105

1.	Aspectos Gerais – Fundamentos	1105
2.	Evolução	1107

3. Tipos de responsabilidade.....	1110
4. Elementos definidores.....	1112
4.1. Sujeitos.....	1112
4.2. Conduta estatal lesiva.....	1115
4.3. Dano indenizável.....	1127
4.4. A indenização.....	1131
4.5. Hipóteses de exclusão.....	1132
5. Vias para reparação do dano.....	1135
6. Ação judicial – legitimidade passiva.....	1136
7. Ação regressiva.....	1139
8. Denúnciação da lide.....	1140
9. Prescrição.....	1142
10. Quadro sinóptico.....	1148
11. Súmulas correlatas.....	1150
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1150
11.2. Súmula do STF.....	1151
11.3. Súmulas do STJ.....	1151
14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	1153
1. Introdução e conceito.....	1153
2. Evolução.....	1154
3. Controle do estado – atividade política e atividade administrativa.....	1154
4. Controle da atividade administrativa.....	1156
4.1. Classificação.....	1158
4.1.1. Quanto ao órgão controlador.....	1158
5. Controle administrativo.....	1164
5.1. Aspectos gerais.....	1164
5.2. Meios de Controle.....	1166
5.3. Órgãos específicos de controle.....	1171
6. Controle legislativo.....	1176
6.1. Tribunais de contas.....	1177
7. Controle judicial.....	1186
7.1. Meios de controle judicial.....	1186
7.1.1. Mandado de segurança.....	1187
7.1.2. Ação popular.....	1191
7.1.3. Ação civil pública.....	1192
7.1.4. Mandado de injunção.....	1193
7.1.5. <i>Habeas data</i>	1196
7.1.6. Ação direta de inconstitucionalidade.....	1196
8. <i>Atos interna corporis</i>	1197
9. Quadro sinóptico.....	1197
10. Súmulas correlatas.....	1200
10.1. Súmulas Vinculantes.....	1200

10.2. Súmulas do STF.....	1201
10.3. Súmulas do STJ.....	1202
15. PROCESSO ADMINISTRATIVO	1205
1. Conceito	1205
2. Fontes do processo administrativo.....	1205
3. Objetivos e obrigatoriedade.....	1206
4. Princípios do processo administrativo.....	1208
4.1. Princípio do devido processo legal.....	1209
4.2. Princípio do contraditório	1210
4.3. Princípio da ampla defesa.....	1211
4.4. Princípio da verdade real	1216
4.5. Princípio da legalidade e princípio da finalidade	1217
4.6. Princípio da motivação.....	1217
4.7. Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1219
4.8. Princípio da oficialidade.....	1219
4.9. Princípio da autotutela.....	1220
4.10. Princípio da celeridade.....	1222
5. Modalidades de procedimento	1223
6. A lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....	1224
6.1. Aspectos gerais.....	1224
6.2. Fases do procedimento.....	1228
7. Procedimento administrativo disciplinar.....	1233
7.1. Conceito e finalidade	1233
7.2. Tipos de procedimento disciplinar.....	1235
7.2.1. Sindicância.....	1235
7.2.2. Processo administrativo propriamente dito.....	1237
7.2.3. Processo sumário	1237
7.2.4. Verdade sabida	1240
7.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito	1240
7.4. Prescrição e duração do processo	1249
7.5. Independência das instâncias	1255
8. Controle pelo poder judiciário	1256
9. Quadro sinóptico.....	1257
10. Súmulas correlatas.....	1262
10.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1262
10.2. Súmulas do STF	1262
10.3. Súmulas do STJ.....	1263
16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1265
1. Introdução	1265
2. Conceito	1266

3. Competência legislativa.....	1268
4. Fonte normativa.....	1269
5. Bem jurídico tutelado.....	1271
6. Natureza do ilícito de improbidade administrativa.....	1272
7. Composição do ato de improbidade administrativa.....	1276
7.1. Sujeito ativo	1276
7.2. Sujeito passivo	1282
7.3. Conduta típica.....	1283
7.4. Elemento subjetivo	1291
7.5. Dano.....	1295
8. Sanções	1297
9. Procedimentos administrativo e judicial	1302
9.1. Processo administrativo	1302
9.2. Processo judicial	1303
10. Prescrição	1309
11. Quadro sinóptico.....	1310
12. Súmulas correlatas.....	1314
12.1. STF – súmulas vinculantes.....	1314
12.2. Súmulas do STF.....	1314
12.3. Súmulas do STJ.....	1314
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1317